

UMA ANÁLISE SOBRE A AMÉRICA DO SUL E A SUA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA A PARTIR DAS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Raiza Gomes Fraga¹

João Nildo de Souza Vianna²

Carolina Lopes Araújo³

Resumo

O presente artigo aborda o tema da integração regional na América do Sul e pretende identificar o atual cenário de integração energética na região concebendo-o como peça fundamental para um processo de integração regional sul-americana, revisitando para tanto o histórico de integração regional sul-americano e suas teorias. São apresentados os conceitos de integração regional, evidenciando a conjuntura política e econômica global que estimulou a criação de blocos regionais, e as teorias de integração regional mais recorrentes no estudo das relações internacionais. Entendemos que o termo integração deve ser considerado um sinônimo do termo desenvolvimento. O objetivo deste trabalho em discutir a questão da integração regional, e em especial a integração energética, é abordar estratégias de desenvolvimento para a região, ao partir do princípio de que, integrados, os países sul-americanos serão capazes de promover o desenvolvimento de maneira integral, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Palavras-chave: Integração Regional. Integração Energética. América do Sul.

Abstract

This article addresses the issue of regional integration in South America and aims to identify the current energy integration scenario in the region conceiving it as a key to the process of regional integration in South America, revisiting the history of regional integration in South American and its theories. Regional integration concepts are presented, showing the global political and economic conditions that encouraged the creation of regional blocs, and the theories of most recurrent regional integration in the

¹ E-mail: raiza.fraga@yahoo.com.br; CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9176779949372763>>.

² E-mail: vianna@unb.br; CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8076611024956885>>.

³ E-mail: carolinalopesaraujo@yahoo.com.br; CV Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6017396316011154>>.

study of international relations. We understand that the term integration should be considered a synonym of the term development. The objective of this work to discuss the issue of regional integration, and especially energy integration, is to address development strategies for the region, considering that integrated South American countries will be able to promote the development in an integrated manner considering its economic, social and environmental dimensions.

Key-words: Regional Integration. Energetic Integration. South America.

INTRODUÇÃO

Foi a partir do fim da Guerra-Fria, com o acirramento do processo de globalização, que se intensificaram os movimentos políticos em busca da consolidação de projetos regionais. Problemas de cunho econômico, social e ambiental que ultrapassam a escala local e não se restringem às fronteiras nacionais passaram a exigir a mobilização conjunta de diferentes Estados (SILVA e COSTA, 2013). Além disso, a gradual perda da capacidade estatal de delinear e concretizar políticas públicas próprias também contribuiu para o surgimento de iniciativas regionais (SILVA e COSTA, 2013). Esse movimento estimulou a criação de blocos regionais como a União Européia e mais tarde na América do Sul o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Um elemento que vem se demonstrando peça central para a consolidação de processos de integração regional é justamente a integração energética. O termo refere-se à constituição de uma política energética comum, por meio da unificação de mercados de energia. Este processo exige uma mobilização política conjunta dos países envolvidos, mas pode iniciar-se por meio de empreendimentos pontuais.

Devido à farta disponibilidade de recursos naturais na América do Sul e a complementaridade existente entre eles, a proposta de integração energética vem se apresentando como alternativa para o abastecimento energético da região. A integração se concretiza por meio de empreendimentos como hidrelétricas, gasodutos, oleodutos, mas principalmente pela instituição de políticas energéticas compartilhadas entre os países, como forma de regular a oferta e demanda energética na região.

Na América do Sul a integração energética já vem sendo pensada desde os anos 1960, com a criação da Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER). A região possui um histórico consolidado no setor hidroelétrico, com destaque para os projetos realizados na bacia do Rio da Prata como a Hidrelétrica de Itaipu Binacional (entre Brasil e Paraguai), a Hidrelétrica Binacional de Yacyretá (entre Argentina e Paraguai) e a Hidrelétrica Binacional de Salto Grande (entre Argentina e Uruguai).

O presente trabalho pretende identificar o atual cenário de integração energética na região concebendo-o como peça fundamental para um processo de integração regional sul-americana, revisitando o histórico de integração regional sul-americano e suas teorias.

1. TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Na teoria das relações internacionais existem diferentes conceituações teóricas sobre os processos de integração. Segundo Silva e Costa (2013) o funcionalismo ganhou ascensão após o fim da Segunda Guerra Mundial com o trabalho de David Mitrany, que se preocupava com a promoção da paz na Europa. O enfoque do trabalho de Mitrany não se referia ao tema da integração,

mas sim investigava como estimular os Estados a renunciarem ao recurso da guerra optando pela cooperação por meio da formação de redes de organizações internacionais (SILVA e COSTA, 2013).

Assim, na década de 50, a teoria funcionalista lançou as bases da teoria da integração (CANDEAS, 2010). Com foco nos interesses e necessidades compartilhadas por diferentes Estados, a teoria do funcionalismo se manifesta em um contexto de princípio do processo global de integração. Para o funcionalismo, o Estado enquanto unidade político-administrativa já se demonstrava insuficiente para satisfazer as necessidades crescentes e transfronteiriças da sociedade. Nesse sentido, para satisfazer as necessidades dos indivíduos e espantar o elemento bélico e de disputa entre os Estados, era necessário cooperar e integrar-se.

O funcionalismo aposta na “funcionalidade” das organizações internacionais, entendendo que para a integração ocorrer em um ambiente político tão delicado quanto o cenário pós-guerra era necessário promover um divórcio entre política e áreas técnicas. Para Silva e Costa (2013) a resposta que o funcionalismo apresenta para alcançar a paz na região é a formação de instituições supranacionais, tecnocráticas e pragmáticas, como alternativa para a superação de velhas disputas nacionalistas, visando promover o bem-estar social na região (SILVA e COSTA, 2013, p. 42).

Assim, a pacificação da região se daria por meio da cooperação técnica, e não política. Segundo Candeas (2010), o conceito fundamental da corrente funcionalista é o de *spill over*. A idéia central do *spill over* é a de que a cooperação iniciada em um setor estratégico tende a espalhar-se para outros setores (CANDEAS, 2010). Assim, um processo pontual de cooperação poderá evoluir para o campo político e social, proporcionando uma integração regional completa. Essa lógica integracionista pautou os processos de integração na

comunidade Européia, uma vez que a União Européia teve seu início em um processo pontual de integração no setor energético do carvão e do aço, para mais tarde essa integração se alastrar para outras esferas.

Mariano e Mariano (2002) ressaltam que em decorrência do aprofundamento do projeto de integração, por meio do *spill over*, a sociedade passa a se envolver com o projeto de integração regional em uma dinâmica própria. Os membros passam a experienciar o sentimento de pertencimento, enxergando o espaço regional como seu Estado. Para Silva (2008) na perspectiva da teoria funcionalista a lealdade dos indivíduos ao Estado é progressivamente substituída pela lealdade às novas organizações regionais criadas, surgindo assim uma nova sociedade internacional funcional. Em síntese, o funcionalismo propõe que a integração econômica e social irá levar de maneira inevitável à integração política (SILVA, 2008).

A corrente do funcionalismo teve papel central na interpretação do processo de integração da União Européia. No entanto, muitas críticas foram feitas ao modelo do funcionalismo, resultando no surgimento da corrente do neofuncionalismo.

O neofuncionalismo surgiu nos Estados Unidos quando um grupo de pesquisadores liderados por Ernst Haas, na Universidade de Berkeley, começou a apontar as falhas da teoria funcionalista, em especial o considerado otimismo em relação à separação de interesses políticos e a racionalidade técnica, que na prática não se demonstraram tão separados. Para o neofuncionalismo, o aprofundamento da integração e o “transbordamento” não ocorreram como previsto pelos funcionalistas, evidenciando que o modelo de *spill over* não era automático, e pelo contrário, dependia de decisões políticas (SILVA e COSTA, 2013, p. 45).

Ernst Haas, o principal teórico do neofuncionalismo chamou atenção para o fato de que é a política o verdadeiro motor que garante a continuidade ou não do processo de integração. Assim, a transferência de competências dos Estados para organizações supranacionais só acontece mediante decisões políticas no âmbito doméstico. A transferência de lealdade do contexto nacional para o contexto supranacional só ocorre, portanto, mediante uma opção política, e não por meio da cooperação em áreas técnicas como pregava o funcionalismo.

De acordo com Silva (2008), o neofuncionalismo traz um novo elemento para o debate da integração ao considerar o papel dos atores não estatais, as elites e seus interesses. Para o autor, as elites redefinem interesses em prol de uma orientação regional, pois percebem que as instituições transnacionais podem contribuir para a satisfação de seus interesses de forma mais eficaz que o âmbito nacional (SILVA, 2008).

Tanto para o enfoque funcionalista quanto para o enfoque neofuncionalista a integração é um processo contínuo e gradual, a grande diferença reside no papel das decisões políticas. Enquanto que o funcionalismo entende que a integração tem início em atos isolados de integração (como por exemplo, a integração energética ou de infraestruturas) alastrando-se para o âmbito político naturalmente e consolidando um cenário de integração regional, o neofuncionalismo entende que este processo não se dá de maneira natural e que apenas por meio de decisões políticas, a cargo do Estado, é que os países chegarão ao nível de integração regional.

Já no enfoque do intergovernamentalismo, o papel do Estado é fator central, pois se considera a importância da ação racional do Estado. A ação racional do Estado significa que as decisões governamentais não são aleatórias e que o Estado é capaz de formular objetivos e metas importantes, considerando

os benefícios que essas ações irão trazer para a nação (MARIANO e MARIANO, 2002, p.61).

O intergovernamentalismo surgiu nos Estados Unidos e considera o Estado como o ator predominante do processo de integração regional. A participação deste Estado em um processo de integração é pautada pela busca por poder, estimulada por interesses nacionais. Philippe Schmitter é um dos principais teóricos desta corrente e reforça que a direção e o rumo de um processo de integração regional serão determinados pelo Estado com o único propósito de fortalecê-lo.

Para Mariano e Mariano (2002), a análise intergovernamentalista concentra-se nas negociações e barganhas promovidas pelo Estado que apenas participa deste processo para atingir objetivos previamente estipulados e que acarretem em benefícios nacionais. Silva e Costa (2013) resumem este enfoque ao se referir a um “estadocentrismo” enquanto locomotiva da integração regional (SILVA e COSTA, 2013, p. 48).

Para Silva e Costa (2013), com o aprofundamento dos processos de integração regional no período dos anos oitenta e noventa houve a necessidade de rever as concepções do intergovernamentalismo, surgindo então o enfoque do intergovernamentalismo liberal. Neste novo enfoque a coordenação política por parte do Estado continua sendo peça-chave para os processos de integração regional, no entanto, as negociações e o interesse em fazer parte de um projeto de integração estão fundamentados na maximização de lucros e redução de custos.

Mariano e Mariano (2002) destacam que neste enfoque, o Estado tem interesse na integração regional por conta de objetivos puramente econômicos. A intensificação desses processos, portanto, estaria ocorrendo em busca de oportunidades e benefícios econômicos para os países membros do processo.

A diferença entre o enfoque do intergovernamentalismo e as correntes do funcionalismo/neofuncionalismo é a de que para o intergovernamentalismo a cooperação ocorre exclusivamente para que cada Estado possa defender seus interesses internos. A integração nesse sentido seria apenas a soma de interesses convergentes, com objetivos semelhantes, porém sempre vislumbrando os benefícios para o âmbito interno. Enquanto isso os enfoques funcionalista e do neofuncionalismo previam a transferência de lealdades à organização regional, ocorrendo uma convergência de interesses a nível regional, sem priorizar o proveito de cada Estado de forma independente.

Interessante ressaltar que os enfoques apresentados abordam o tema da integração com base no processo ocorrido na Europa. A integração da União Européia é tida como modelo e as discussões se dão em torno das experiências bem ou mal sucedidas em território europeu. No entanto, as teorias não apontam para as condições necessárias para que ocorra o início deste processo de integração, ou quais as razões que levam os Estados a decidir pela integração.

Para Silva e Costa (2013) a eficácia dessas teorias não foi comprovada para explicar a motivação e a dinâmica de modelos de integração em outras regiões do mundo. Ainda assim, como lembram Silva e Costa (2013) o interessante nesse ponto é considerar que a integração é sempre um processo de origem voluntária, mas sem um estágio final determinado e com variadas expressões “no que se referem às etapas econômicas, ao nível de institucionalização, à participação da sociedade civil, e à intensidade de interdependência entre os países-membros” (SILVA e COSTA, 2013, p. 49).

Para os autores este ainda é um processo de transição não sendo possível estipular modelos e regras a serem seguidas. O único exemplo de integração regional bem sucedida é o da União Européia, o que inviabiliza a comparação.

Já para Malamud e Schmitter (2006) não há nenhuma teoria capaz de explicar adequadamente a dinâmica de um processo de mudanças tão complexas na relação entre nações soberanas por um lado, e cada vez mais interdependentes nos âmbitos econômico, social e de sistemas políticos.

Embora essas teorias não sejam suficientes para explicar o processo de integração Malamud e Schmitter (2006) chamam atenção para o surgimento de novas correntes teóricas desde a década de 90 que tentam analisar os regimes internacionais e seus processos de integração. Os autores citam, por exemplo, o enfoque regulador, a análise de redes de políticas públicas, a tese da fusão, a governança multinível, o institucionalismo, o racionalismo, o construtivismo, o refletivismo e o pós-modernismo.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

Como visto as teorias de integração regional mais recorrentes no estudo das relações internacionais não se demonstram totalmente capazes de explicar o fenômeno da integração em outras regiões do mundo. As teorias apresentadas servem para guiar o debate da integração, mas não são passíveis de plena reprodução. As motivações, as justificativas e as etapas de integração são diferentes em cada região do mundo. Assim, entendemos que os processos de integração regional observam as linhas gerais das teorias de integração sem concebê-las como modelo único.

Como não há um modelo exclusivo, com etapas a serem seguidas para alcançar a integração, acreditamos interessante investigar as circunstâncias e a evolução histórica dos processos de integração regional já ocorridos na América Latina. Neste item, portanto, iremos apresentar as instituições formadas na

região para fomentar a integração e influência teórica do trabalho desenvolvido pela Comissão de Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O tema da integração regional na América Latina não é algo novo. Simon Bolívar, considerado o libertador da América Espanhola, já acreditava na união política e econômica da região como um recurso de defesa frente aos interesses das metrópoles européias. No entanto, o ideal integracionista de Simon Bolívar manteve-se apenas na teoria, pois na prática a região foi marcada por disputas, conflitos e divergências políticas, que segundo Corazza (2006) levaram os países latino-americanos a se isolarem uns dos outros.

Segundo Corazza (2006) e Braga (2002), foi com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que o longo caminho da integração começou a ser traçado na região. Segundo Corazza (2006), na década de 1950, Raúl Prebisch defendia o processo de união econômica e comercial entre os países latino-americanos como etapa para a promoção do desenvolvimento regional. Podemos considerar que a integração à maneira cepalina faz parte do projeto político/econômico desta organização entendido como ferramenta de superação do subdesenvolvimento sul-americano.

Para a CEPAL, o atraso no desenvolvimento da América Latina assenta-se no esquema “centro-periferia” e a conseqüente deterioração dos termos de troca. Prebisch defende que as relações comerciais entre os países centrais e os países periféricos reproduziam as condições do subdesenvolvimento, uma vez que o método liberal das vantagens comparativas impedia que os países periféricos alavancassem suas indústrias e economia (ENRÍQUEZ, 2010).

O conceito de deterioração dos termos de troca refere-se à especialização das atividades econômicas nos países. Cada país deveria especializar-se no segmento em que alcançava maior competitividade. Assim sendo, pela receita liberal, os países periféricos deveriam especializar-se na produção de produtos

primários, com ampla utilização de mão-de-obra, enquanto que os países centrais especializavam-se na produção de bens industrializados (ENRÍQUEZ, 2010).

Prebisch, no entanto, salienta que a tendência desse cenário é que o valor dos bens primários tende sempre a diminuir enquanto que o valor dos bens industrializados tende a subir. Assim, os países periféricos ficariam sempre dependentes dos produtos industrializados provenientes dos países centrais enquanto que o valor de seus produtos estaria sempre em queda. A falta de recursos e investimentos iria sempre impedir o avanço dos países periféricos.

Diante desse contexto a CEPAL propõe a industrialização dos países latinos como o elemento articulador do desenvolvimento e única forma de superar a tendência permanente à deterioração dos termos de troca. A atuação do Estado era então fundamental para dar início a esse processo e a substituição das importações foi apresentada pela CEPAL como a solução dos países periféricos para promover a expansão da indústria nacional e seu mercado interno.

Assim, naquele momento histórico a industrialização da América Latina deveria ser orientada a partir de um processo de substituição de importações, e a integração regional surgia com o objetivo de ampliar o mercado em nível regional, contribuindo assim para o crescimento das economias da região. Segundo Braga (2002), a integração econômica da região teria como objetivo atenuar a vulnerabilidade externa dos países envolvidos, possibilitando maiores alternativas de exportação. Esse processo era visto pela CEPAL como um estágio em um movimento mais amplo de inserção dos países latinos no cenário internacional (BRAGA, 2002).

Conforme define Corazza (2006) a proposta de integração defendida pela CEPAL até meados dos anos 80 relaciona-se com a inserção dos países da região

no contexto global, protegendo e fortalecendo as economias regionais ao garantir maior competitividade global e em condições igualitárias. O objetivo nesse momento é a promoção do desenvolvimento da região, considerando o papel estratégico do Estado nesse processo.

É fácil observar que a partir dos anos 50 a CEPAL teve grande influência nas iniciativas de integração que surgiam. Em 1960 surgiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Com escopo comercial a ALALC reunia inicialmente sete países (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai) e pretendia formar uma zona de livre comércio na região. Segundo Silva e Costa (2013) a ALALC fracassou principalmente devido às assimetrias econômicas entre os países e a baixa relação comercial existente entre os países membros naquele período.

Em 1980, a ALALC foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que deu continuidade ao projeto da ALALC priorizando o tema econômico e acordos bilaterais ou multilaterais na região. Atualmente a ALADI conta com treze membros na região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Ainda na década de 60, após o surgimento da ALALC, surgiu também o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), em 1960, e o Pacto Andino no ano de 1969, que na década de 90 passaria a se chamar Comunidade Andina de Nações (CAN). Ambas as iniciativas possuíam objetivo da criação de um mercado econômico comum para a região, facilitando a circulação de capital, bens e serviços entre os países membros.

Na década de 70 surgem as iniciativas do Sistema Latino-Americano (SELA), criado em 1975, e a Comunidade do Caribe (Caricom), em 1973. O SELA possuía como objetivo a promoção e coordenação de estratégias

econômicas comuns para a região, já o Caricom foi formado entre os países da América Central como tentativa de acelerar o desenvolvimento econômico na região.

Finalmente na década de noventa surge o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL. O Mercosul é uma união aduaneira, de livre comércio entre os países membros, criado em 1991 originalmente com os países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Segundo Malamud e Schmitter (2006) o Mercosul inspirou-se no NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e consolidou-se como uma aliança comercial entre os países membros, com o objetivo de dinamizar a economia regional estabelecendo a livre circulação de capital, produtos e serviços. O Mercosul é considerado atualmente uma iniciativa de integração regional bem sucedida (MALAMUD e SCHMITTER, 2006; SILVA e COSTA, 2013), pois impulsionou o comércio intra-regional e as trocas comerciais entre os países do bloco, ao mesmo tempo em que permitiu que a região aumentasse seu comércio extra-regional com diferentes regiões do mundo.

Silva e Costa (2013) lembram, no entanto, que diferentemente das iniciativas de integração anteriores o Mercosul surge em um momento favorável no que diz respeito ao cenário econômico externo e interno para a região. O Mercosul insere-se em um novo momento político e econômico que teve repercussão inclusive nos estudos da CEPAL.

Os anos 90 marcaram um novo posicionamento da CEPAL no que diz respeito aos processos de integração regional. Em um período de grande interdependência produtiva e tecnológica global o processo de integração passou a ser entendido como uma fase no processo de inserção dos países na economia internacional (BRAGA, 2002). Assim, surge na Cepal a corrente do

“regionalismo aberto” voltada muito mais ao livre comércio entre os países, em consonância com o modelo político e econômico liberal da época.

Segundo Corazza (2006) o regionalismo aberto representa uma ruptura na linha histórica do pensamento da CEPAL no que se refere à inserção da América Latina na economia internacional e também no papel do Estado. Para Braga (2002), o regionalismo aberto da CEPAL deve ser entendido enquanto uma estratégia de buscar maior eficiência econômica. O objetivo passa a ser melhorar a posição da região nesse novo contexto econômico internacional. Buscar um comércio livre era exatamente o que a Organização Mundial do Comércio propunha e o que o regionalismo aberto visava.

Esse entendimento rompe com o antigo posicionamento da CEPAL alterando algumas premissas da organização para o desenvolvimento econômico da região latino-americana. Segundo Corazza (2006) com o “regionalismo aberto” a CEPAL que anteriormente propunha o crescimento “para dentro” passa a adequar-se as exigências “de fora”, operando em favor de uma economia aberta e livre de qualquer restrição (CORAZZA, 2006, p. 15).

Nesse cenário há ainda uma alteração no papel do Estado, pois à medida que se pratica o regionalismo aberto o Estado deixa de ter a função de indutor do desenvolvimento para ter a função de promover a abertura de suas economias (CORAZZA, 2006, p. 15).

Neste novo cenário, o Mercosul se apresenta como um claro exemplo do regionalismo aberto, o papel do Estado contrai-se e o livre comércio é incentivado com o objetivo de se alcançar inserção econômica internacional para a região.

Considerando as iniciativas de integração ocorridas na América Latina entre os anos 60 e 90 observa-se a influência do pensamento cepalino em todas

as experiências, principalmente se considerarmos o viés econômico comum a todos os projetos integracionistas apresentados. Segundo Silva e Costa (2013) apenas o Mercosul foi bem sucedido enquanto projeto de integração regional, as demais iniciativas da ALALC/ALADI, MCCA, CARICOM e o Pacto Andino não obtiveram êxito em alcançar seus objetivos.

Após o Mercosul e o cenário político econômico dos anos 90, chegamos aos anos 2000, quando o processo de integração regional é fortalecido na região sul-americana pelo surgimento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Para Cervo e Bueno (2008) essa iniciativa pode ser caracterizada por sua originalidade, uma vez que sua integração é pautada pelo viés geopolítico e não apenas por um processo econômico como ocorreu em demais iniciativas na região.

A Unasul foi fundada em 2008, reunindo os doze Estados da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) com o objetivo de articular a integração regional entre os países sul-americanos em diferentes áreas.

Para Cervo e Bueno (2008) a Unasul nasceu com objetivos em três sentidos: a) no sentido político, busca criar um cenário de unanimidade entre os Estados, assentando a região no cenário internacional por meio de uma única voz; b) no sentido geopolítico, criando um pólo de poder regional com ênfase na segurança regional; c) no sentido econômico, atuando com vistas a atingir uma integração física, energética e de infraestrutura, sem substituir o papel do Mercosul.

Para Simões (2011), a Unasul surge com o desafio de transformar o modelo de desenvolvimento “para fora”, voltado para o mercado econômico mundial, para um modelo de desenvolvimento “para dentro”, de forma a explorar as possibilidades da região sul-americana. Para enfrentar esse desafio a

Unasul investe em infraestrutura por meio da sinergia transporte, energia e telecomunicações como forma de internalizar o dinamismo econômico na região.

O processo de formação da Unasul foi longo, iniciou-se no ano 2000 com a Primeira Cúpula de Presidentes da América do Sul, passou pela criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004 e fortaleceu-se com a expansão da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

O desejo pela integração regional na América do Sul veio consolidando-se durante os anos 2000 juntamente com as transformações políticas e sociais que a região vivia. A chegada ao poder de presidentes de tendência esquerdista como Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela influenciaram no processo de integração da região. Neste momento de mudanças políticas na região, os líderes afirmavam que os povos sul-americanos desejavam a união e que essa unidade garantiria a construção de uma Nação Sul-Americana.

Assim, a Unasul consolidou-se como um espaço político de diálogo e aproximação entre os países da América do Sul, construindo uma visão estratégica da região onde a cooperação política e econômica entre seus países membros iria contribuir para a redução das assimetrias, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região. Consideramos que a Unasul demarca um novo momento geopolítico vivido pela região sul-americana e, que esta iniciativa traz em sua constituição elementos que contribuem para se pensar a integração de infraestruturas.

Desde as iniciativas surgidas nos anos 50 até o presente momento, o esforço político ocorrido na região sul-americana em prol de organizações regionais demonstra a importância que o tema possui no cenário geopolítico.

Buscando inspiração teórica nos trabalhos da CEPAL a região desenvolveu o seu próprio modelo de integração em função do nível de desenvolvimento dos países envolvidos, as circunstâncias políticas e econômicas e dos problemas enfrentados pela região.

As assimetrias políticas e econômicas da região não impediram os esforços pela integração regional. Pelo contrário, as experiências da ALALC/ALADI, MCCA, CARICOM, CAN e Pacto Andino foram fundamentais para que a região alcançasse o grau de organização institucional, política e econômica necessária para o surgimento de outras experiências mais bem sucedidas como o Mercosul e posteriormente, a Unasul.

Ainda que a região apresente suas peculiaridades e venha desenvolvendo um caminho próprio no que diz respeito à integração, entendemos que o atual projeto de integração regional encabeçado pela Unasul orienta-se pelos mesmos elementos que constituíram o início da União Européia, ou seja, a integração de infraestruturas, com o objetivo de atingir o mesmo grau de integração social, política e econômica do bloco europeu.

3. INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL

A integração física da região vem sendo celebrada por instituições como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) e a Unasul como uma etapa para a transformação da América do Sul. A integração energética é parte deste processo e envolve diferentes atores.

É preciso, no entanto, distinguir os diferentes conceitos relativos ao tema da integração energética. Para Sanchez (2006) há diferenças entre os termos comércio, interconexão e integração energética. O termo “comércio” de energia

representa apenas o intercâmbio de excedentes, já o termo “interconexão⁴” refere-se à coordenação de regulações nacionais, planejamento do despacho e projeções conjuntas de oferta e demanda de energia. O termo “integração energética”, por sua vez, corresponde a uma política energética comum, gerando a unificação de mercados e competências. Esse processo, portanto diz respeito a um comércio de energia sem restrições, e exige interesse no campo geopolítico.

Em termos gerais o processo de integração energética visa promover a segurança energética da região, otimizando os custos dessa transação. Na América do Sul este processo apresenta-se como uma alternativa ao abastecimento energético sul-americano principalmente devido à ampla oferta de recursos naturais renováveis e não-renováveis na região.

A energia vem sendo apresentada como campo crucial para a promoção da integração na região em razão da sua capacidade de gerar sinergias que se ramificam por outras áreas como a produtiva, a comercial, a econômica e a política (SIMÕES, 2011).

Segundo os autores Castro e Gomes (2009), a integração energética garantiria segurança energética para a região, viabilizando ciclos de crescimento acelerados e fornecendo condições de maior competitividade à região. Esses benefícios se dariam em função da redução dos custos médios de abastecimento de energia associado à redução de custos em investimento e infraestrutura (GOMES et al, 2009, p. 10). Os autores ainda afirmam que o processo de integração poderá acarretar outros impactos positivos, tais como a

⁴ Como lembra Nuti (2006), é possível encontrar a palavra interligação como sinônimo de interconexão. Ademais, Nuti esclarece a existência de variações de significados referindo-se à interconexão enquanto interligação por meio de linhas de transmissão entre sistemas elétricos. Embora haja diferentes entendimentos do termo, o garantido é que o termo integração energética sobrepõem-se a estes processos pontuais de interconexão e interligação, referindo-se a um projeto político de integração de infraestruturas.

diminuição da volatilidade dos preços e a melhoria da qualidade dos serviços (GOMES et al, 2009).

Percebemos assim, que a integração física e o investimento em infraestrutura na região seria uma etapa inicial para a transformação puramente econômica da América do Sul. O papel da integração energética, nesse sentido, está relacionado a aspectos como o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial da região.

Essas justificativas passam a agregar aspectos sociais e ambientais a partir do ano 2000, combinando-se com o início dos projetos de integração energética na região. Para o documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID⁵ (2000), por exemplo, alguns benefícios proporcionados pelo processo de integração seriam: a) melhoria da segurança de abastecimento; b) incremento da qualidade de abastecimento; c) integração de regiões isoladas e d) redução do impacto ambiental como consequência da otimização do setor (BID, 2000).

Assim, além da segurança energética esse processo de integração representaria uma oportunidade de levar energia de qualidade a regiões isoladas, e como consequência desse processo o BID alega que poderá haver uma redução do impacto ambiental. Para que a integração energética traga benefícios à população entendemos que deve estar orientada para as verdadeiras necessidades da região. Como lembram Castro e Klagsbrunn (2010) este processo deve ter como objetivo estimular e garantir a expansão da produção e do emprego, incluindo as camadas sociais mais desfavorecidas (CASTRO e KLAGSBRUNN, 2010).

⁵ O documento financiado pelo BID intitulado “Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional em América Del Sur” foi utilizado como subsídio para o movimento de integração iniciado nos anos 2000 com a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul. Este documento traz propostas de integração física, justificadas pela promoção de desenvolvimento econômico da região.

Em síntese, a integração energética é vista como um processo ou uma etapa por meio da qual a região sul-americana poderá ser fortalecida. Existe a possibilidade de que a efetiva integração do setor elétrico na região possa contribuir significativamente para dinamizar o crescimento econômico e reduzir disparidades regionais (GOMES et. Al 2009). Nesse sentido, segundo Sanchez (2006), para que o processo de integração energética proporcione de fato o desenvolvimento da região sul-americana algumas premissas de políticas energéticas deveriam ser adotadas, são elas:

I) Assegurar o desenvolvimento energético sustentável e, por conseguinte, a segurança e a eficiência do abastecimento energético e a proteção do patrimônio natural, mediante a exploração racional das fontes e de consumo eficiente de energia.

II) Projetar mecanismos de cooperação que permitam aprofundar a integração da infraestrutura regional.

III) Institucionalizar, fortalecer e dar coerência entre si e os diversos mecanismos de cooperação energética regional.

IV) Complementar os sistemas (SANCHEZ, 2006, apud CASTRO e GOMES et al, 2009, p. 12).

É importante lembrar que a integração energética ocorre enquanto parte de um processo de integração econômica. Como afirma Aguiar (2011), a energia aparece neste contexto como qualquer outro bem comercializável (AGUIAR, 2011, p. 27). Assim, a articulação de forças econômicas para promover o processo de integração energética é elemento importante e possui consideráveis consequências no avançar deste projeto.

Nesse sentido Paim (2010) explica que o investimento em projetos de infraestrutura estaria pautado pelos benefícios gerados ao capital privado e não à promoção do desenvolvimento e melhoria de vida para a população. Em consonância com Paim, Silva (2008) destaca que as reais justificativas para o processo de integração energética não são aquelas voltadas à melhoria da condição de vida da população e promoção do desenvolvimento. Segundo o

autor, o propósito deste processo reside fundamentalmente em duas condições: a) a busca por ampliação dos mercados; b) a busca pela resolução de problemas pontuais de abastecimento energético (SILVA, 2008).

Assim, para Silva (2008) as experiências de integração energética na América do Sul até o momento tiveram orientação fundamentalmente economicista, mas também carregam viés geopolítico (SILVA, 2008, p. 28). Segundo o autor a orientação foi economicista uma vez que a integração energética faz parte na verdade de uma integração econômica e comercial. É geopolítica, pois esse processo pode trazer benefícios em termos de poder e relevância regional.

Temos até então duas formas distintas de interpretar o processo de integração energética. De um lado a integração como um elemento chave para a promoção do desenvolvimento na região, incluindo a perspectiva social e ambiental. E de outro a integração como atividade exclusivamente economicista com impactos negativos e sem externalidades positivas.

Nosso entendimento é de que há sim oportunidades para que este processo promova o desenvolvimento socioambiental da região quando respeitada a realidade local. Porém, se este tipo de empreendimento estiver voltado à esfera regional ou internacional dificilmente trará benefícios à região. Assim, fazendo uma analogia à Sachs (2009), consideramos que é preciso optar por um “caminho do meio”, onde o processo de integração energética cumpra seu papel de ferramenta econômica, mas que também traga benefícios à população da região.

O difícil equilíbrio entre o interesse do capital privado e o bem-estar geral da população é um dos grandes desafios no setor energético, e também no campo da integração. A articulação de forças, atores e discursos nesse meio compõe o cenário da integração energética.

4. CENÁRIO ATUAL DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL

A complementaridade de insumos energéticos vem sendo apresentada como justificativa para o processo de integração energética sul-americana. Segundo Castro (2009), a complementaridade existente entre os países da América do Sul pode proporcionar segurança energética “ímpar e estratégica”, promovendo ciclos de crescimento econômico e garantindo maior competitividade aos países da região (CASTRO et Al. 2009, p. 4).

Segundo dados da Unasul (2012) e da Olade a região sul-americana possui um potencial hidroelétrico de 580 GW, dos quais apenas 25% são aproveitados atualmente, somando uma potência instalada de 143 GW. O Brasil detém cerca de 45% desse potencial, seguido por Colômbia, Peru e Venezuela (UNASUL, 2012).

Em toda região sul-americana há certa complementaridade no regime de chuvas, quando a região norte da América do Sul passa por um período de secas, a região mais ao sul passa por um período de chuvas e assim vice-versa. Isso permitiria uma dupla captação das cheias do verão: de novembro a abril na parte sul da América do Sul e de maio a outubro na região mais ao norte da América do Sul.

Considerando a diversidade das vazões hidrológicas das bacias hidrográficas da região, projetos de integração com a otimização da geração hidroelétrica poderiam trazer benefícios como o aumento da confiabilidade e da segurança do suprimento e a redução dos custos de operação.

O gás natural também apresenta essa complementaridade. A região sul-americana detém um pouco mais de 3% da oferta mundial de gás, porém mais de 70% desse volume encontra-se na Venezuela, relacionado ao petróleo. E

embora Venezuela, Argentina e Brasil sejam os maiores produtores de gás natural na região sua produção está voltada ao consumo interno, devido à alta demanda destes países.

Já a Bolívia detém o título de maior exportador de gás natural, havendo exportado mais de 11 milhões de metros cúbicos no ano de 2010. O gás boliviano foi visto nos anos 90 como uma forma de diversificar a matriz energética brasileira e estimular o crescimento. O gás natural como alternativa para geração de energia ganhou bastante força na região após a crise energética em 2001 e sua utilização também foi impulsionada pela alta do preço do petróleo, no ano 2000.

Atualmente a região sul-americana possui consolidado o mercado de compra e venda de gás por meio dos gasodutos. No Brasil, o gasoduto conhecido como Gasbol é considerado uma coluna mestra nas relações diplomáticas do país (MEIRA, 2009). Com 3.150km de extensão (557 km na Bolívia e 2.953 km no Brasil) o gasoduto conecta a cidade de Rio Grande na Bolívia até Porto Alegre no Rio Grande do Sul passando por sete estados brasileiros. A estrutura possui capacidade para conduzir até 30 milhões de metros cúbico diários. O gasoduto mais antigo, no entanto é o de Santa Cruz que liga Bolívia à Argentina, com capacidade para transportar 8 milhões de metros cúbicos diários. Há também o gasoduto conhecido por GasAndes que liga a Argentina ao Chile, com uma capacidade de transporte de até 10 milhões de metros cúbicos por dia. Além destes na região sul da América do Sul, a Venezuela conta com infraestrutura de gasodutos que ligam este país à Colômbia. Estes e outros gasodutos de menor porte para conexões regionais estão representados na figura (Fig.1) da página abaixo, elaborado pela CIER (Comission de Integracion Energética Regional) que todo ano reúne as

informações pertinentes ao tema em uma publicação disponível gratuitamente em seu sítio.



Figura 1 - Mapa dos gasodutos na América do Sul - Fonte: CIER, 2011.

Como se percebe no mapa acima a região possui grande potencial de intercâmbio deste recurso natural, mas ainda não possui um projeto regional

consolidado, mantendo-se a compra e venda de gás natural restrita a negociações bilaterais.

Importante ressaltar a iniciativa do Gasoduto do Sul, projeto que ligaria grande parte da região, levando o gás da Venezuela para o Brasil e para a Argentina. O projeto do gasoduto, que teria capacidade para transportar até 15 milhões de metros cúbicos ao dia, surgiu em 2005 durante a XXIV Cúpula do Mercosul. Este projeto insere-se em uma perspectiva de integração energética que já era debatida no ano de 2005, porém o projeto está parado atualmente. Um ano após o surgimento deste projeto foi apresentado também o projeto do “Anel Energético Sul-Americano”, no âmbito da IIRSA. Este projeto que mais tarde foi incorporado à agenda da Unasul prevê uma rede de gasodutos em toda a região sul-americana, ligando os países produtores de gás natural (principalmente Venezuela, Peru e Bolívia) àqueles com demanda por este recurso (notadamente Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai). Este projeto de grande porte também se encontra parado, sem avanço nas negociações.

Embora o cenário de intercâmbio do gás natural se demonstre consolidado, para Biato e Castro (2011), das diversas fontes disponíveis na região a integração de energia elétrica é a que apresenta maior vantagem comparativa. Para os autores “os condicionantes tecnológicos e técnicos da energia elétrica, já consagrados, favorecem a instalação de redes de transmissão integradoras capazes de garantir fornecimento contínuo e ininterrupto por longas distâncias” (BIATO e CASTRO, 2011, p. 15).

Para os autores Castro e Gomes (2009) as hidrelétricas binacionais construídas na região sul da América do Sul nas décadas de 80 e 90 e a interconexão de mercados elétricos espalhadas pela região constituem um histórico sólido para o processo de integração na região. Atualmente,

segundo dados da CIER (2011), a região sul-americana negocia por ano uma média de 50 GWh. As plantas hidrelétricas binacionais de Itaipu, Yacyretá e Salto Grande contribuem consideravelmente para este índice.

A Unasul (2012) destaca a importância destes projetos hidrelétricos binacionais que além de proporcionar oferta energética aos países sócios contribuem para a promoção do desenvolvimento nas áreas de influência das centrais binacionais (UNASUL, 2012).

Na figura (Fig.2) abaixo podemos observar o quadro demonstrativo de exportações e importações de energia elétrica nos países sul-americanos. O cálculo de intercâmbio de energia entre os países da região (em GWh) foi feito pela CIER, com dados referentes ao ano de 2011.

		EXPORTADOR							Total importaciones
		Argentina	Brasil	Colombia	Ecuador	Paraguay	Uruguay	Venezuela	
IMPORTADOR	Argentina		2.338	-	-	8.395	19	-	10.752
	Brasil	-		-	-	37.725	-	705	38.430
	Chile	732	-	-	-	-	-	-	732
	Colombia	-	-		8	-	-	-	8
	Ecuador	-	-	1.295		-	-	-	1.295
	Perú	-	-	-	6	-	-	-	6
	Uruguay	265	206	-	-	-		-	471
	Venezuela	-	-	249	-	-	-		249
Total exportaciones		997	2.544	1.544	14	46.120	19	705	51.943

Figura 2: Intercâmbio de energia elétrica entre países da Unasul em GWh - Ano 2011
Fonte: CIER, 2011.

Importante observar no quadro acima a atuação do Paraguai enquanto país exportador de energia, somando no ano de 2011 um valor de 46 mil GWh destinados à exportação. Isso se deve ao fato de que o país responde por 50% da energia gerada em Itaipu e Yacyreta, compartilhada com Brasil e Argentina

respectivamente, colocando-o na posição de principal exportador de energia renovável na região.

No que diz respeito ao Brasil, é possível identificar que o país também importa energia da Venezuela. O valor apresentado no quadro corresponde à energia que o país compra do Complexo de Macagua na Venezuela para o abastecimento do estado brasileiro de Roraima, esta importação se dá por meio do chamado “Linhão de Guri”. O estado de Roraima ainda não é ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e seu abastecimento depende da importação de energia do país vizinho ou de termelétricas abastecidas por óleo diesel.

Podemos observar na figura (Fig.3) a seguir a participação por país na importação e exportação de energia elétrica na América do Sul, no ano de 2011.

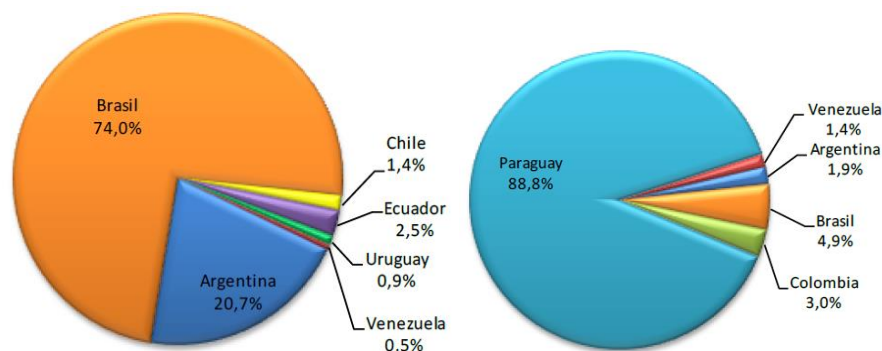


Figura 3: Índice de Importação e Exportação de Energia Elétrica nos países da Unasul - 2011
Fonte: CIER, 2011.

Na figura acima podemos observar a prevalência do Brasil, Argentina e Paraguai na negociação de energia elétrica. Mais uma vez, esse cenário ocorre devido às hidrelétricas binacionais erguidas entre estes países.

Na figura (Fig.4) abaixo podemos observar a localização de cada um dos 23 pontos de interconexão entre os sistemas elétricos. A maioria se concentra na região do Mercosul, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outra região que vem expandindo suas interconexões é o norte da América do Sul, em

especial a Venezuela e a Colômbia. O mapa indica o cenário atual de empreendimentos de integração energética no setor elétrico.



Figura 4: Mapa de interconexões entre países da Unasul - 2011 - Fonte: CIER,

O mapa demonstra a concentração de empreendimentos na região sul, proveniente de aproveitamentos da bacia do Rio da Prata que inclui os rios Paraná e Uruguai. Interessante observar que todas as interconexões e centrais hidroelétricas situam-se em região de fronteira, o que corrobora com a concepção de Castro e Klagsburn (2011) de que o processo de integração energética inicia-se em áreas fronteiriças a fim de garantir a geração e

transmissão de cada país para, em um segundo momento, expandir-se a uma rede mais abrangente de interconexões.

Ademais do setor elétrico, hidrelétrico e de gás natural é importante salientar que atualmente em relação ao petróleo não há nenhuma estratégia consolidada para a integração regional do setor. Existem fusões de empresas estatais ou privadas, ou mesmo a presença de uma mesma empresa em diferentes países da região. Há por exemplo, projeto de expansão da presença da estatal brasileira Petrobrás e da estatal venezuelana PDVSA para a região sul-americana, no entanto não está estabelecido um projeto de integração da cadeia petrolífera para toda América do Sul.

Com a exposição das interconexões existentes, seja no âmbito de energia elétrica ou do gás natural, pretendíamos apresentar uma visão panorâmica da atual situação de interligação e interconexão energética na América do Sul. Embora, como salientamos anteriormente, haja grande diferença entre os termos de interligação e integração energética, o que se demonstra é que a região já possui articulação no mercado de energia. Os empreendimentos binacionais e a construção de gasodutos, embora ainda restritos ao campo bilateral de negociações, apresentam-se como um início para a consolidação do projeto de integração energética na região, como apresentado pelos organismos que se ocupam do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar o processo de integração energética é uma forma de refletir sobre o desenvolvimento da região sul-americana. Não é possível, no entanto, debater integração energética sem referir-se ao tema da integração regional,

pois já não é possível pensar o desenvolvimento dos países sul-americanos de maneira isolada, há que se pensar em uma dimensão regional de desenvolvimento.

Os processos de integração regional e a criação de blocos regionais estão intimamente relacionados a processos pontuais de integração física como a integração de infraestruturas nos setores de energia, transportes e telecomunicações. É possível considerar, portanto, que a integração de infraestruturas é um estágio inicial e catalisador dos movimentos de integração regional.

Mesmo antes da consolidação da Unasul os países sul-americanos já realizavam projetos de integração de infraestruturas. Mas foi a partir de 2000, com o surgimento da IIRSA, que a região sul-americana passou a investir em projetos de integração nas áreas do transporte, energia e comunicações, com financiamentos do BID, FONPLATA e CAF. Diversos projetos já começaram a ser executados. Entre os anos de 2004 e 2011 a IIRSA anunciou 531 projetos de infraestrutura, dos quais em 2011, 63 estavam concluídos, 159 em execução, 157 em fase de pré-execução e 152 em fase de planejamento. Do total de projetos neste período (2004-2011) 86,6% referiam-se a projetos na área de transporte, 11,5% a projetos na área de energia e 1,7% projetos na área de comunicações (UNASUL, 2012).

Isso demonstra que o projeto de integração de infraestruturas já começou a ser perseguido na região sul-americana. Mas a escolha pela integração necessita de uma série de variáveis para avançar na agenda política sul-americana, em especial a oferta de financiamento e a concordância geopolítica dos Estados envolvidos.

Entendemos que o termo integração deve ser considerado um sinônimo do termo desenvolvimento. O objetivo deste trabalho em discutir a questão da

integração regional, e em especial a integração energética, é abordar estratégias de desenvolvimento para a região, ao partir do princípio de que, integrados, os países sul-americanos serão capazes de promover o desenvolvimento de maneira integral, considerando suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Consideramos que o processo de integração energética é válido e apresenta possibilidade de promover transformações positivas na região. Acreditamos que os principais benefícios decorrentes desse processo referem-se à otimização dos recursos naturais e ao aprimoramento da segurança energética na região. Além disso, as energias alternativas podem ter papel fundamental neste processo, trazendo vantagens econômicas para a região e consolidando o cenário de integração energética.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria Porto Giane. **Interligação Regional pela via energética: o estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil**. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, UNB. Brasília: 2011.
- BIATO, Marcel. CASTRO, José Nivalde de. Integração regional na América do Sul e o papel da energia elétrica. **Textos de Discussão do Setor Elétrico**, Número 32. Rio de Janeiro, 2011.
- BID, Banco Interamericano de Desarrollo. **Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur**, 2000. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Un%20Nuevo%20Impulso%20a%20la%20Integracion%20de%20la%20Infraestructura.pdf
- CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

CASTRO, Nivalde J., KLAGSBURNN, Victor Hugo. **O processo de integração energética na América Latina: perspectivas e desafios econômicos e políticos.** Rio de Janeiro. GESEL- Instituto de Economia -UFRJ. 2010. Texto de Discussão.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora UnB, 2011.

CIER. **Síntese informativa energética de los países de la CIER.** Información del sector energético en países de América del Sur, América Central y El Caribe. Datos del año 2011. CIER, Uruguay, 2011.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **A Trajetória do Desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

GOMES, Victor José Ferreira. CASTRO, Nivalde J. de. ROSENTAL, Rubens. A integração do setor elétrico na América do sul: características e benefícios. **VII Encontro Internacional do Fórum Universitário Mercosul.** Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2009.

MALAMUD, Andres. SCHMITTER, Philippe C. La experiencia de integración europea y el potencial de integración del Mercosur. **Desarrollo Económico** 46 (181), 3-31, 2006.

MARIANO, Marcelo Passini. MARIANO, Karina Pasquariello. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. **Revista IMPULSO**, Volume 13, Número 31, p. 47-69, 2002.

MEIRA, Rodrigo Santos. **Brasil, Bolívia, Hidrocarbonetos o processo de integração energética na América do Sul.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. 2009.

NUTI, Miriam. **Integração Energética na América do Sul: escalas, planejamentos e conflitos.** Tese (doutorado) Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PAIM, Elisangela Soldatelli. Enconamiento del mundo y un proyecto de gran escala: el complejo hidroeléctrico Garabi. In: **La Tensión entre Justicia Ambiental y Justicia Social en América Latina: el Caso de la Gestión del Agua.** Instituto de Estudos Avançados (Universidade de São Paulo) e Universidade de

Newcastle (Reino Unido), 2010. Disponível em:
<http://200.144.188.13/iea/textos/waterlat/trabalhos/51.pdf>

SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANCHEZ, Fernando Albavera. Integración energética en América del Sur. **III Congreso de Integración Energética**. CEPAL- Nações Unidas. Buenos Aires: 2006.

SILVA, Karine de Souza. COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional**: União Européia, Mercosul e Unasul. Editora UFSC. Florianópolis. 2013.

SILVA, Milko Luiz Gonzáles. Nuevas perspectivas de la integración energética en América del Sur: ¿cambios paradigmáticos? Pg 11-36 *In "El factor energético y las perspectivas de integración em América del Sur"*. SCHUTT, Kurt-Peter & CARUCCI T, Flavio Orgs. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales-ILDIS. Caracas, 2008.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. **Integração**: sonho e realidade na América do Sul. Brasília: FUNAG, 2011.

UNASUL. **Unasur**: un espacio que consolida la integración energética. UNASUR e OLADE. Equador, 2012.

VAINER, Carlos. NUTI Miriam. **A integração energética sul-americana**: subsídios para uma agenda socioambiental. Brasília - INESC. 2008.